

02/01/2020

Grande Imprensa

CORREIO BRAZILIENSE - DF

[Governo remaneja cargos do MEC \(01/01\)](#)

FOLHA DE S. PAULO - SP

[Abordagem faz desempenho em matemática de escola estadual decolar \(01/01\)](#)

[Com 154 indiciados, ação da PF descobriu que grupo trocava proteína por pipoca na merenda em SP](#)

[Governo federal injeta R\\$ 60 milhões em construção de colégio militar em SP](#)

O ESTADO DE S. PAULO - SP

[Inteligência artificial \(01/01\)](#)

[Nebuloso](#)

O GLOBO - RJ

[Saúde nas eleições de 2020 \(01/01\)](#)

[A EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO ON-LINE \(01/01\)](#)

[EDUCAÇÃO TEM DE SER PROTEGIDA DA 'GUERRA CULTURAL'](#)

[Um tuíte da explanada a cada 40 minutos](#)

[Novo Fundeb](#)

VALOR ECONÔMICO - SP

[Sem avanços, educação vira ativo do bolsonarismo](#)

[MEC busca ampliar financiamento privado do ensino](#)

Imprensa Estadual

J. DO COMMERCIO - PE

[Nebuloso](#)

O LIBERAL - PA

[Nebuloso](#)

CORREIO DA BAHIA - BA

[Ufba divulga lista de vagas para o Sisu](#)

MEIO NORTE - PI

[Piso dos professores gera impacto de R\\$ 189 milhões](#)

[Municípios gastam 30% da receita com Educação](#)

[Escolas com vulnerabilidade social recebem mais verbas](#)

Agências de notícias e sites

G1

[Ifro abre inscrições para processo seletivo de tutores em curso de pedagogia em RO \(31/12\)](#)

AGÊNCIA BRASIL

[Escolas com vulnerabilidade social receberam mais de R\\$ 300 milhões](#)

G1

[Prefeituras e universidade no Oeste Paulista têm concursos públicos com inscrições abertas](#)

[Escolas com vulnerabilidade social receberam mais de R\\$ 300 milhões](#)

PORTAL ISTOÉ

[Escolas com vulnerabilidade social receberam mais de R\\$ 300 milhões](#)

Agências de notícias e sites

BAHIA ECONOMICA

[MEC DIVULGA CRONOGRAMA DO FIES 2020 PARA ESTUDANTES DO ENSINO](#)

FOLHA DA PARAÍBA

[Demissão no FNDE amplia atrito entre Bolsonaro e Legislativo](#)

METRÓPOLES

[Governo troca Pátria Voluntária de pasta e muda cargos do MEC](#)

MIX VALE

[Divulgado pelo MEC mudanças no Fies para 2020](#)

PORTAL ISTOÉ

[Governo desloca programa de voluntariado para Casa Civil e remaneja cargos do MEC](#)

R7

[Decreto de Bolsonaro reformula estrutura de cargos do MEC](#)

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS

[Governo desloca programa de voluntariado para Casa Civil e remaneja cargos do MEC](#)

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA

Governo remaneja cargos do MEC (01/01)

O Diário Oficial da União (DOU), de ontem, trouxe três decretos do presidente Jair Bolsonaro. Os atos foram assinados na segunda-feira e dispõem sobre o programa de voluntariado do governo federal e uma reformulação na estrutura do Ministério da Educação e da Fundação Joaquim Nabuco, fundação pública vinculada ao MEC.

O Decreto 10.194/2019 determina que agora o Programa Nacional de Incentivo ao Voluntariado será coordenado pela Casa Civil da Presidência da República. Lançado em julho e batizado de Pátria Voluntária, o programa era vinculado ao Ministério da Cidadania. Com isso, a primeira-dama do país, Michelle Bolsonaro, que preside os trabalhos, poderá despachar do Palácio do Planalto.

O conselho do programa também será transferido para a Casa Civil. O colegiado tem entre seus integrantes Rosângela Moro, mulher do ministro da Justiça e Segurança Pública, Sérgio Moro. “Com a edição do novo decreto busca-se aprimorar a gestão do referido programa, tendo em vista o caráter transversal de suas ações e projetos, bem como a competência da Casa Civil da Presidência da República para coordenar e integrar as ações governamentais”, afirmou o Planalto, em nota, referindo-se ao Pátria Voluntária.

Já o Decreto 10.195/2019 redefine a estrutura regimental e o quadro demonstrativo dos cargos em comissão e das funções de confiança do Ministério da Educação, com remanejamento e transformação de cargos e funções. Segundo o governo, o objetivo das mudanças é, “em síntese, atualizar a estrutura organizacional do ministério, com aumento da eficiência e efetividade das ações, além da redução de gastos”.

O terceiro ato, o Decreto 10.196/2019, altera a estrutura e o quadro de cargos comissionados da Fundação Joaquim Nabuco, além de aprovar o estatuto da Fundação. O governo comentou que essas mudanças não geram aumento de despesas.

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - COTIDIANO

Abordagem faz desempenho em matemática de escola estadual decolar (01/01)

Mentalidades Matemáticas prioriza atividades em grupo, exemplos visuais e aprendizado a partir do erro

São Paulo

A matemática, considerada um bicho-papão por muitos estudantes, tem cara de jogo e

de desafio na Escola Estadual Henrique Dumont Villares, no bairro do Jaguaré, zona oeste de São Paulo.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/12/metodologia-faz-desempenho-em-matematica-de-escola-estadual-decolar.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - COTIDIANO

Com 154 indiciados, ação da PF descobriu que grupo trocava proteína por pipoca na merenda em SP

Cinco núcleos são suspeitos de desvios na casa de R\$ 1,6 bilhão; operação iniciada em 2018 chega à fase final

São Paulo e Brasília

Carne substituída por ovo, proteína trocada por pipoca e mais arroz do que o previsto no prato da merenda escolar.

Esses são alguns dos exemplos dos truques que eram usados por quadrilhas para desviar dinheiro que deveria ser destinado à compra de alimentos para estudantes de escolas de todo o estado de São Paulo, de acordo com a Polícia Federal.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/01/com-154-indiciados-acao-da-pf-descobriu-que-grupo-trocava-proteina-por-pipoca-na-merenda-em-sp.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - MÔNICA BERGAMO

Governo federal injeta R\$ 60 milhões em construção de colégio militar em SP

Com administração exclusiva do Exército, unidade será a primeira do estado e a 14ª do país

O governo federal incluiu R\$ 60 milhões no orçamento para o início da construção de um colégio militar em São Paulo neste ano. Será o primeiro do estado e o 14º estabelecimento do país.

OUTRA COISA

O estabelecimento estará fora do projeto lançado no ano passado pelo MEC, que prevê convênios com escolas civis já existentes.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/monicabergamo/2020/01/governo-federal-injeta-r-60-milhoes-em-construcao-de-colegio-militar-em-sp.shtml>

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - NOTAS E INFORMAÇÕES

Inteligência artificial (01/01)

Em mais uma importante parceria entre instituições de ensino, agências de fomento a pesquisa e empresas privadas, a Universidade de São Paulo (USP), a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) e a IBM uniram-se para lançar o Centro de Pesquisa em Engenharia em Inteligência Artificial. O que as levou a tomar essa iniciativa é a ideia de que o Brasil pode ser um país produtor e não apenas consumidor de inteligência artificial (IA).

Sediado nas dependências do InovaUSP, na Cidade Universitária, em São Paulo, e com uma unidade em São Carlos, onde a instituição mantém 19 programas de pós-graduação nas áreas de engenharia, física, química, matemática, computação e arquitetura, o Centro terá um investimento anual de US\$ 20 milhões previsto para um período de dez anos e contará com cerca de 60 pesquisadores. O início das atividades está previsto para os primeiros meses de 2020 e elas envolverão uma rede de instituições de ponta, como a Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), o Centro Universitário FEI e o Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA).

Entre suas prioridades, o Centro desenvolverá pesquisas na chamada agricultura de precisão, para aumentar a produtividade e reduzir o consumo de defensivos agrícolas. Também atuará no campo da saúde, com foco na prevenção de acidentes vasculares cerebrais, e no campo de recursos naturais, com foco na exploração de óleo e gás.

Além de pesquisas, o Centro pretende difundir informações sobre IA nas redes sociais, para atrair estudantes do ensino médio e, com isso, começar a formar mão de obra de que o País tanto necessita nessa área. Com o mesmo objetivo, o Instituto de Física da USP, em São Carlos, firmou parceria com a Diretoria Regional de Ensino, permitindo que alunos desse ciclo frequentem seus laboratórios dois meses por ano, trabalhando ao lado de estudantes do curso de Licenciatura em Exatas. O programa foi criado para oferecer informações adicionais aos alunos do ensino médio, muitos dos quais trabalharão no futuro com IA. “Hoje tem muita ficção científica. Precisamos de gente que conheça e não tenha medo da inteligência artificial”, diz Fernando Osório, professor do Instituto de Ciências Matemáticas e de Computação da USP, em São Carlos.

A exemplo da parceria firmada pela USP, Fapesp e IBM, em São Paulo, 15 outras entidades – como a Universidade Estadual Paulista (Unesp), a Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), a Universidade Federal de São Carlos, a Pontifícia Universidade Católica do Paraná – criaram há meses um instituto avançado na área de IA, com o apoio da Federação das Indústrias do Estado do Paraná e da Serasa Experian. O instituto oferecerá às empresas cursos de aplicações em processamento de imagens, redes neurais avançadas e análise de fraudes no sistema eletrônico por meio de imagem de satélite. Outras instituições, como a Universidade Federal de Pelotas, também começaram a trabalhar com inovação e difusão de conhecimento em IA.

São iniciativas decisivas para o futuro do País, que tem condições, segundo os especialistas, de figurar entre os dez maiores no movimento de entender, aplicar e obter lucro com IA. Com a velocidade das transformações tecnológicas, as empresas precisam encontrar profissionais qualificados no mercado, cuja formação cabe às universidades. Atualmente, o número de engenheiros brasileiros em ciência da computação representa apenas um décimo do contingente existente na China e nos Estados Unidos. Já as universidades precisam de apoio das empresas para obter tecnologia em IA. Enquanto o governo perde tempo com patrulhamento ideológico e denúncias infundadas contra universidades, a academia e o setor privado agem de modo sensato, unindo-se para desenvolver tecnologia de ponta e formar capital humano, condição indispensável para a passagem da economia brasileira a níveis mais sofisticados de produção.

[topo](#)

O ESTADO DE S. PAULO - SP - COLUNA DO ESTADÃO

Nebuloso

O cenário no MEC anda tão incerto que até o nome de Benedito Guimarães, reitor do Mackenzie e o mais provável para assumir a **Capes**, começou a circular para uma eventual sucessão de Abraham Weintraub na pasta.

» De boa? O ministro da Educação, aliás, ainda está em um cruzeiro com a família na América do Norte.

topo ↕

O GLOBO - RJ - OPINIÃO

Saúde nas eleições de 2020 (01/01)

Para a saúde, a década de 2010 termina com mais baixos do que altos. A taxa de mortalidade infantil decresceu em ritmo menor que em períodos anteriores e se manteve acima de 14 por 1.000 bebês entre 2014 e 2017. A proporção de brasileiros que vive abaixo da linha de pobreza aumentou de 6,6% em 2016 para 7,4% em 2017. Houve melhoras, entre as quais, o declínio da fecundidade entre mulheres jovens e incremento na escolaridade feminina. Esses impasses, retrocessos e alguns avanços não reconhecem barreiras do calendário, adentram 2020. Entre 2010 e 2018 houve cinco eleições, três para governadores, deputados e presidente e duas para prefeitos e vereadores. Invariavelmente a saúde ganhou destaque em todas as eleições. Mas, com raras exceções, deixou de ser prioridade logo após o encerramento das urnas.

Uma possível explicação para essa diferença abissal entre o que se promete e o que será realizado é o apelo a propostas vagas a respeito do SUS. Declarar aspirações é uma vantagem, permite angariar votos de eleitores com interesses divergentes e afirmar depois a necessidade de redução da marcha, e que está se recorrendo a medidas de transição para alcançar a miragem apresentada na plataforma eleitoral. Quando os contrastes entre o SUS eleitoral e o real ficam exuberantes, contribuem para queda dos índices de avaliação de quem pretende se reeleger, a culpa é dos governos anteriores.

Dois exemplos. O compromisso do presidente Bolsonaro de estabelecer uma carreira de Estado para médicos foi ajustado e reajustado, restou um contrato CLT para alguns médicos, os incluídos no Programa Médicos pelo Brasil, menos de 4% dos que estão em atividade. Nem carreira, nem garantias trabalhistas para a maioria. O prefeito Crivella declarou, entre outras intenções de expandir a rede pública assistencial, que iria investir em quatro anos mais R\$ 2 bi no SUS municipal. E ocorreram cortes, congelamento e remanejamento indevido de R\$ 1,5 bi.

O governo federal atribui dificuldades com a quantidade, formação e inserção de médicos à política de abertura de faculdades privadas de medicina, iniciada em 2013, mas não fechou vagas. Pelo contrário, os estímulos do Ministério da Educação à intensificação da privatização do ensino superior são notórios. Crivella considera que a crise da saúde no Rio de Janeiro não existe, é apenas uma campanha da imprensa “canalha.” Um prolongamento das eleições via redes sociais, que reafirma o quão odiosos são os inimigos e esconde as estruturas fundamentais das políticas.

Entre 2010 e 2019, a rede SUS nacional perdeu cerca de 7 mil leitos obstétricos enquanto o número de nascimentos cresceu, e não ocorreram mudanças no tempo de permanência das gestantes em hospitais. Na cidade do Rio de Janeiro, os leitos de terapia intensiva aumentaram, sendo 161 para o SUS e mais de 935 para os clientes de planos privados. Gestantes peregrinas e mortes sem acesso a cuidados e outras

desigualdades inadmissíveis na saúde passaram de ano. Retóricas vazias sobre o SUS e desconfiças permanentes entre as forças políticas que já se preparam para disputar as eleições estão impedindo a construção de um terreno comum para conversar sobre saúde.

Enfiar o SUS no mesmo saco das atuais divisões político-partidárias é um erro. Para escapar do ciclo eleição, frustração, nova eleição é preciso dar um passo à frente, exercer com rigor o direito de divergir. Os esforços de governos anteriores e dos atuais (incluindo erros e acertos) em todas as esferas da federação têm sido insuficientes para se contrapor às tendências estruturais de retração do SUS. Ao invés de se procurar apagar as diferenças é necessário entendê-las para propor alternativas concretas. Apoio e oposição ao SUS são difusos. Empresários e a parte da população com maior renda temem perder posições relativamente privilegiadas de retornos financeiros e atendimento qualificado. Acordos, ainda que mínimos, demoram tempo. É tempo de buscar convergências para melhorar a saúde. É preferível ter mais SUS do que requestrar discursos de SUS idílico.

Entre 2010 e 2019, a rede SUS nacional perdeu 7 mil leitos obstétricos, enquanto o número de nascimentos cresceu

topo ↕

O GLOBO - RJ - ECONOMIA

A EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO ON-LINE (01/01)

Ensino à distância supera o presencial, e faculdades privadas adaptam negócios SÃO PAULO

O número de calouros em cursos superiores à distância, o EaD, superou o de presenciais no Brasil em 2019. Foram mais de 1,4 milhão de alunos no EaD, 52% do total, segundo projeção da consultoria educacional Atmã Educar. Em 2013, essa parcela era de 22%. A expansão desse tipo de ensino tem mudado as estratégias de grandes universidades privadas.

A após taén ames clade aulas on-line e presenciais — o chamado modelo híbrido. Em paralelo, o avanço do EaD e dos sites de comparação de preços de cursos superiores aumentou os descontos nas mensalidades e a concorrência.

Por trás do crescimento no ensino à distância estão mudanças na economia brasileira, como a alta no desemprego após 2014, que reduziu a renda de universitários para custear a mensalidade do curso presencial, e o endurecimento das regras do Fies, programa do governo federal de financiamento estudantil para o ensino superior.

Além do dinheiro mais curto do Fies, o Ministério da Educação (MEC) ampliou o acesso ao EaD. Há dois anos, a simplificação das regras para abertura dos polos de ensino à distância dobrou o número dessas unidades — hoje são mais de 12 mil. Em dezembro de 2019, o ministério deu mais um impulso ao dobrar o limite de aulas on-line para 40% da grade de cursos presenciais, com algumas exceções.

— Em até três anos, a maioria dos universitários, em todas as fases da graduação, vai estar aprendendo via EaD — diz o consultor Romário Davel, fundador da Atmã Educar.

As principais universidades privadas adotam estratégias diferentes para lidar com o avanço do ensino à distância. Na Cogna, dona da Kroton, maior rede privada do país, a

tendência deu margem a novos negócios. A Platos, um braço da empresa para tecnologias educacionais que até agora vinha atendendo apenas a unidades educacionais da Cogna, vai vender conteúdos de EaD a terceiros.

— Muitas universidades pequenas querem oferecer 40% dos conteúdos à distância, mas não têm tecnologia. Vamos atender à demanda — diz Rodrigo Galindo, presidente da Cogna, que projeta alta de 30% na receita da Platos em 2020.

MODELO HÍBRIDO

O futuro é a mistura de aulas presenciais e on-line, o chamado modelo híbrido, diz Fábio Figueiredo, diretor de planejamento da Cruzeiro do Sul Educacional, faculdade paulistana com mais de 130 mil alunos, dos quais 70% no ensino à distância.

— O ensino presencial não vai desaparecer, porque não dá para tirar do aluno o convívio com colegas, mas uma parte das aulas pode ser on-line — diz Figueiredo.

De 2017 para cá, a Cruzeiro do Sul multiplicou por dez o número de polos para as teleaulas (hoje são mais de mil, espalhados em 600 cidades), e tornou-se a quarta maior universidade privada do país em alunos.

Os cursos híbridos também são o foco na Laureate Brasil, sexta maior rede privada do país e dona de marcas como FMU e Anhembí Morumbi. Apesar disso, o diretor acadêmico da empresa, Filipe Ramos Barroso, vê com cautela a permissão do MEC para uma carga horária de até 40% on-line.

— Há vários movimentos pelo Brasil demonstrando resistência a essas mudanças. O assunto ainda vai gerar discussões — diz ele.

Por via das dúvidas, a estratégia na Anima Educação, dona das marcas São Judas e Veiga de Almeida, é apostar na liberdade de escolha do aluno.

— Nossa plataforma on-line replica todos os cursos presenciais, e o estudante decide — diz Cristovam Ferrara, diretor nacional de vendas da Anima, que é a décima maior universidade privada do país em participação de mercado.

Na Ser Educacional, oitava maior do país e líder nas regiões Norte e Nordeste, a expectativa é que o ensino à distância cresça para além dos cursos em que essa plataforma já é a preferida dos alunos, como Pedagogia e Administração.

— Mesmo na área da saúde, onde há uma forte carga horária presencial, é possível colocar carga teórica na internet — diz Enzo Moreira, diretor de EaD da Ser.

Para além da maior adoção dos estudantes ao ensino à distância, as principais universidades privadas preveem uma expansão do EaD por causa da proliferação de sites para descontos de até 80% nas mensalidades. Hoje, há pelo menos dez deles em funcionamento no país. A expansão do Quero Bolsa, um dos principais, demonstra a força desses sites para a tomada de decisão do futuro universitário. A audiência anual do site gira em torno de 75 milhões de visitantes. Há cinco anos, esse número era de um milhão.

— A meta é chegar a cem milhões em 2020 — diz Pedro Balerine, diretor do Quero Bolsa.

A relevância dos comparadores de preço e a disputa acirrada das empresas por alunos vêm aumentando a presença de alunos bolsistas na rede privada. Atualmente, sete em dez estudantes pagam mensalidades com desconto. Em 2016, só metade tinha o benefício. Nos últimos cinco anos, dobrou a renúncia de receitas por causa das bolsas —hoje, em média, as universidades deixam de ganhar 35% do que poderiam diante dos alunos que têm. Nesse cenário de concorrência acirradíssima, os cursos de EaD, mais baratos que os presenciais, devem ganhar ainda mais espaço, diz Davel, da Atmã Educar.

Na visão da ABMES, associação das mantenedoras de ensino superior privado, a concorrência aberta pelo avanço do EaD é uma realidade não só no Brasil como no mundo inteiro.

—Sem o auxílio dessas ferramentas digitais, milhares de pessoas não conseguiriam realizar o sonho de ingressar no ensino superior, ou mesmo de fazer uma nova graduação — diz Celso Niskier, presidente da ABMES.

“O ensino presencial não vai desaparecer, porque não dá para tirar do aluno o convívio com colegas, mas uma parte das aulas pode ser on-line” _ Fábio Figueiredo, diretor de planejamento da Cruzeiro do Sul Educacional

“Sem o auxílio dessas ferramentas digitais, milhares de pessoas não conseguiriam realizar o sonho de ingressar no ensino superior, ou mesmo de fazer uma _ nova graduação” - Celso Niskier, presidente da ABMES

topo ↕

O GLOBO - RJ - EDITORIAL

EDUCAÇÃO TEM DE SER PROTEGIDA DA ‘GUERRA CULTURAL’

É no mínimo falta de inteligência e de civismo envolver a área em batalhas vazias de cunho ideológico

O enfrentamento ideológico que o bolsonarismo move contra adversários políticos convertidos em inimigos, como faz todo movimento radical e autoritário, infelizmente atinge a área da educação, vital para o futuro da sociedade. E pior, quando o Brasil patina na instrução de uma população jovem ainda numerosa. Por fatalidade demográfica, sua representatividade no conjunto dos brasileiros tende a diminuir, enquanto aumenta a dos idosos. Fenômeno universal, esta tendência ao envelhecimento da maioria tem várias implicações. Na educação, significa que começa a se esgotar o tempo afim de que o país instrua da melhor forma possível seus jovens, para que, ao entrarem no mercado de trabalho, aumentem a produtividade da economia. É a fórmula do desenvolvimento.

O Brasil corre risco de não aproveitar esta oportunidade única. A janela demográfica começa a se fechar. Enquanto isso, a qualidade do ensino básico não avança. O último Pisa (Programa Internacional de Avaliação de Estudantes) manteve o Brasil na parte de baixo do ranking em Leitura, Matemática e Ciências. O exame, aplicado periodicamente pela Organização para o

Desenvolvimento e Cooperação Econômica (OCDE), em que se congregam países ricos, e da qual o Brasil deseja ser membro pleno, testa estudantes na faixa dos 15 anos de idade.

A virtual estagnação dos brasileiros no Pisa é péssimo sinal. Mas o país não está na estaca zero. Desde a gestão de Fernando Henrique Cardoso, passando pelas de Lula e Dilma, cujo mandato foi completado pelo vice Michel Temer, até janeiro de 2019, foram 24 anos de razoável continuidade.

A educação conseguiu unir forças políticas e partidos diversos em torno de uma pauta comum. Neste período de quase duas décadas e meia foi alcançada a universalização na matrícula, criaram-se sistemas de acompanhamento da evolução da qualidade do ensino e lançaram-se os fundos (Fundef e Fundeb) que melhoraram a distribuição dos recursos em estados e municípios. Primeiro, no ensino fundamental, e depois, no básico como um todo.

O êxito da democratização da matrícula no ciclo fundamental trouxe uma queda no aprendizado, porque milhões de crianças das faixas mais pobres chegaram à escola. Um progresso que pressiona as estruturas de ensino para que não deixem esses jovens para trás. Esta barreira ainda está para ser vencida. Continua difícil, mas é preciso persistir.

Há várias experiências bem-sucedidas no país, também apoiadas por organizações da sociedade. Não existe fórmula secreta para a boa educação. Ela é conhecida. A dificuldade está em replicá-la na velocidade e extensão necessárias, em um país continental, com desníveis variados.

O Brasil está neste estágio, quando é deflagrada a “guerra cultural”. Ela atrapalha o difícil enfrentamento do problema da qualidade do ensino brasileiro, que vem acontecendo por meio de uma frente política mais ampla do que a visão estreita que reduz a realidade ao conflito entre “direita” e “esquerda”.

Não deve importara tendência política do educador, mas como ele pode contribuir para ajudar o Brasil a sair deste estágio de virtual estagnação na melhoria do padrão de ensino. Não se trata de falta de um projeto. Sabe-se a direção a seguir. Até porque parte do caminho já foi percorrida. Mas é insuficiente. Há o currículo único e are formado ensino médio, por exemplo, a serem implementados. Convertera educação em campo de batalha entre extremistas é no mínimo falta de inteligência e de civismo.

topo ↕

O GLOBO - RJ - O PAÍS

Um tuíte da explanada a cada 40 minutos

Ministros apostam na rede para mobilizar militância e garantir apoio para pautas

Principal palanque do presidente Jair Bolsonaro desde a campanha eleitoral, o Twitter se tornou central para o primeiro escalão do governo federal no ano passado— parte dos ministros, inclusive, só aderiu à rede social após ingressar no posto —e deve continuar assim em 2020. Foi por meio da plataforma que Bolsonaro e seus principais auxiliares mobilizaram os apoiadores mais fiéis ao governo, divulgaram agendas e pautas específicas das pastas e também responderam a crises e críticas que os atingiram, como no caso das mensagens vazadas atribuídas ao ministro da Justiça, Sergio Moro, e dos protestos contra cortes na educação que respingaram no ministro Abraham Weintraub.

Ao longo de 2019, 12 perfis pessoais de ministros com contas na rede social postaram, em média, a cada 40 minutos e foram capazes de gerar 37,3 mil retuítés por dia. Os dados foram levantados a pedido do GLOBO pela Diretoria de Análise e Políticas Públicas da Fundação Getulio Vargas (FGV/DAPP).

Foi no Twitter também que ministros que já deixaram seus postos foram fritos, às vésperas de serem demitidos. Gustavo Bebianno, ex-ministro da Secretaria Geral da Presidência, e primeira baixa da gestão Bolsonaro, foi contestado na rede social pelo filho do presidente, o vereador do Rio Carlos Bolsonaro (PSC). O general Santos Cruz, que ocupou a Secretaria de Governo, também foi alvo de ataques de aliados do governo no Twitter.

O levantamento da FGV/ DAPP aponta ainda que as páginas pessoais dos ministros costumam ser mais populares que perfis institucionais dos ministérios na rede social. O total de retuítés dos perfis dos ministros analisados foi quatro vezes maior que de outros 12 perfis institucionais das pastas. As páginas oficiais, comandadas por assessores, geraram apenas 8,3 mil compartilhamentos diários, apesar de somarem o dobro de publicações, contra 37,3 mil das contas pessoais dos ministros.

ESTRATÉGIA PROBLEMÁTICA

Entre os ministros do governo Bolsonaro, o que mais utilizou a plataforma para se comunicar no ano passado foi o titular da Educação. Nomeado para o cargo em abril, Weintraub, que tem 417,4 mil seguidores e adota na descrição do seu perfil o lema “meu Twitter, minhas regras”, fez cerca de 11 publicações por dia no ano passado. Em seguida, despontam no ranking de ministros com mais postagens na rede social Tarcísio Gomes de Freitas, da Infraestrutura, e Damares Alves, dos Direitos Humanos, com quase cinco publicações por dia cada, Osmar Terra, da Cidadania, com três, e Marcos Pontes, da Ciência e Tecnologia, também com quase três, em média.

O cientista político Rafael Sampaio, da Universidade Federal do Paraná (UFPR), aponta que os ministros procuram se comunicar diretamente com a população por meio da plataforma e evitar os questionamentos da imprensa. Contudo, essa estratégia pode se revelar problemática porque o governo acaba falando com um eleitorado “já convertido”:

— Você fala diretamente com a população e, ao mesmo tempo, tem mais controle, o que não acontecia no mundo sem internet. No Twitter, você pode escolher os melhores comentários e responder. Não é como uma coletiva de imprensa, que você tem certa obrigação de responder tudo. Além disso, há a facilidade de pregar para convertidos. Você tem um público que não quer ouvir o outro lado, mais disposto a receber aquela mensagem — afirma Sampaio.

Em termos de engajamento, o ministro do governo Bolsonaro com maior impacto no período foi Sergio Moro, da Justiça e Segurança Pública, com 3,5 milhões de retuítés. O ministro entrou na plataforma em abril e viralizou depois de compartilhar uma foto com um calendário para provar que era ele mesmo quem acabava de entrar na rede social. Oito meses depois, Moro soma 1,8 milhão de seguidores no Twitter. O ministro usou a plataforma em 2019 principalmente para defender a aprovação do pacote anticrime no Congresso. O projeto acabou virando lei, mas algumas das suas propostas mais

importantes, como a prisão após segunda instância e a excludente de ilicitude para agentes de segurança pública, ficaram de fora.

A publicação de Moro com maior engajamento do ano passado, porém, nada tem a ver com o tema. Em novembro, sem citar o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, Moro rebateu críticas feitas pelo ex-presidente durante um discurso em São Bernardo do Campo (SP), após deixar a prisão. “Aos que me pedem respostas a ofensas, esclareço: não respondo a criminosos, presos ou soltos. Algumas pessoas só merecem ser ignoradas”, disse o ministro da Justiça na ocasião.

ESTILO NAS REDES

Também se destacam em capacidade de gerar retuítes Freitas (1,96 milhões) e Onyx Lorenzoni (1,83 milhões), da Casa Civil, seguidos por Weintraub e Damares. As postagens com maior engajamentos resumem o estilo dos ministros na rede social. Enquanto o ministro da Infraestrutura, Tarcísio Gomes de Freitas, aborda o orçamento reduzido “aprovado no governo anterior” para investir em estradas, Damares costuma fazer publicações religiosas e em defesa dos “valores da família”. Em abril, a ministra compartilhou um vídeo em que super heróis dos quadrinhos reverenciam uma cruz com a frase “Jesus, meu herói”. A postagem teve 23,6 mil retuítes e 101 mil curtidas.

Já a publicação do ministro da Educação com maior engajamento comemora o fim do contingenciamento de recursos para universidades federais. “Cadê os especialistas que alardeiam o caos há seis meses? Vão admitir que erraram?”, perguntou. O tom irônico é uma marca de Weintraub no Twitter. Em agosto, ele ironizou manifestações contra cortes na educação ao publicar uma foto de um ato em São Paulo e comparar o número de participantes com a torcida da Portuguesa, time que disputa a segunda divisão do campeonato paulista. Em novembro, respondeu a um seguidor que o chamou de “bobo da corte” dizendo que prefere cuidar dos estábulos porque “ficaria mais perto da égua sarnenta e desdentada da sua mãe”.

Onyx, por sua vez, costuma retuitar postagens do presidente Jair Bolsonaro: foram 152 vezes em um ano. Sua postagem com maior engajamento é de janeiro de 2019. Na ocasião, usou o Twitter para dizer que Bolsonaro havia ligado para todos os candidatos à Presidência do Senado, “num gesto de respeito à instituição”, depois que um telefonema do presidente para o senador Renan Calheiros (MDB-AL), então candidato ao comando da Casa, ser divulgado pela imprensa. Davi Alcolumbre (DEM-AP) foi eleito.

topo ↕

O GLOBO - RJ - SOCIEDADE

Novo Fundeb

Impasse no governo trava renovação de fundo para a educação básica

BRASÍLIA

A queda de braço em torno da discussão sobre a reformulação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) evidenciou dissonâncias internas no governo federal e empurrou para este ano a principal decisão na área.

O texto inicial da relatora da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) na Câmara,

deputada Dorinha Rezende (DEM-TO), previa complementação de até 40% ao fundo por parte da União. Segundo fontes com acesso às discussões, no entanto, o índice deve cair e ficar entre 25% e 30% para facilitar sua tramitação na Casa e reduzir a distância em relação ao que foi proposto pelo governo federal, que sugeriu 15%.

O fundo é composto pelos impostos de estados e municípios e, atualmente, a União arca com 10% do montante para complementar o valor destinado a estados que não alcançam um valor mínimo por aluno.

Principal fonte de financiamento da educação básica pública no Brasil, o Fundeb corresponde a 63% de todo o recurso da etapa, e sua vigência termina em 2020.

A expectativa de estados e municípios era de que a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) fosse votada ainda em 2019 para que houvesse tempo hábil para reorganização das unidades de ensino no novo modelo. Mas o impasse sobre o tamanho da fatia do bolo de recursos que caberá ao governo federal adiou a decisão.

— Há uma preocupação nítida (com os valores). E também uma frustração com a impossibilidade de o novo Fundeb ter sido definido em 2019. A aprovação do

Fundeb significa segurança na política de financiamento e a viabilização do que foi planejado — critica Luiz Miguel Martins Garcia, presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime). — Este é um ano eleitoral, e 2021 terá novos governos municipais. A definição antecipada permite planejamentos que valorizem programas de Estado, e não de governo.

‘NÃO DÁ PRA BRINCAR’

Enquanto o Ministério da Economia tem participado de algumas conversas com a Câmara para tentar chegar a um consenso sobre o percentual ideal de complementação da União no Fundo, o MEC elaborou um novo texto. Em audiência na Câmara, o ministro da Educação, Abraham Weintraub, afirmou que enviará proposta paralela ao Congresso.

Relatora da proposta original na Câmara, a deputada Dorinha Rezende (DEM-TO) reagiu às declarações de Weintraub. Em sessão, ela afirmou que a Casa não vai “engolir uma PEC enviada pelo governo”. Em entrevista ao GLOBO, a congressista voltou a criticar essa possibilidade:

— Não dá para brincar com a educação. A PEC do Fundeb está tramitando há muito tempo. Não temos o direito de sacrificar 48 milhões de alunos. Imagine o que aconteceria se começasse tudo de novo. E, após a aprovação da PEC, ainda precisamos de uma lei de regulamentação. E trabalhamos num texto que o Senado está acompanhando — disse.

A relatora acrescenta que conversou com o Ministério da Economia sobre fontes de recursos que viabilizariam a complementação da União. Recentemente, a Economia enviou uma PEC ao Congresso para extinguir 248 fundos existentes e a bancada da Educação defende que parte do montante economizado migre para o Fundeb. Redirecionar parte de recursos de desonerações de empresas também é estudado.

—O ministro Paulo Guedes ouviu com paciência os deputados, participou de maneira amistosa, sem ser belicoso. Mas falta diálogo por parte do MEC. Não adianta mandar técnicos para negociar. Por mais competentes que sejam, não têm poder de negociação. —comparou a deputada.

Presidente da Comissão de Educação na Câmara, o deputado Pedro Cunha Lima (PSDB-PB) diz que falta força política na discussão sobre o Fundeb. Segundo ele, mesmo na Câmara, as divergências sobre o texto acabam dificultando a celeridade do processo. Cunha Lima argumenta ainda que o tema não entrou no radar de prioridades do governo e tampouco foi tratado de forma urgente em 2019 pelo presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ).

— O MEC deveria ser um eixo de concentração de força política para trabalhar em um texto final, mas isso não está acontecendo. O ministério segrega ainda mais. No fim das contas teremos vários textos propostos e nenhum com força política para ser o protagonista do processo. A tragédia é ficar nesse nó e no fim das contas simplesmente prorrogar o modelo que já existe.

Simple prorrogação não resolve, dizem especialistas

Para educadores e gestores, renovação do Fundeb deveria ser acompanhada de ajustes para corrigir distorções do mecanismo (P.F.)

A simples prorrogação do Fundeb é vista por especialistas como um péssimo cenário para o desfecho da discussão. Isso porque o modelo vigente atualmente define que a União repasse o recurso para os estados que não alcançam o valor mínimo estabelecido por aluno. Neste ano, o valor foi de R\$ 3.238,52, e nove estados receberam complementação: Alagoas, Amazonas, Bahia, Ceará, Maranhão, Pará, Paraíba, Pernambuco e Piauí.

A discussão sobre a renovação do fundo é vista pelos educadores e gestores como uma possibilidade de corrigir distorções existentes no Fundeb e torná-lo mais redistributivo.

A ideia é fazer com que o dinheiro da União chegue também a municípios pobres que não alcançam o mínimo por aluno, mesmo que eles estejam em estados que conseguem alcançar esse patamar de financiamento e, por isso, de acordo com a regra atual, não recebem complementação.

— Foi perigoso deixar a discussão para este ano, porque o Fundeb termina em 2020, e a previsão orçamentária para o próximo ano deve incluí-lo. Como fazer isso se o modelo não foi definido? A previsão é encaminhada geralmente em setembro — opina Lucas Fernandes Hoogerbrugge, gerente de Estratégia Política do Movimento Todos Pela Educação. — Não temos tanto tempo. Para além de simplesmente acabar, o que é muito difícil, uma opção é prorrogá-lo, o que é bem ruim, porque se perde a chance de melhorar o mecanismo, não é só no que diz respeito à complementação da União, mas da forma de fazer o repasse.

Nesse sentido, a coordenadora executiva da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, Andressa Pellanda, defende a aprovação da proposta da Câmara. Segundo ela, o texto da deputada Dorinha Rezende realiza as correções necessárias para renovar

o fundo sem prejudicar as redes de ensino.

— A minuta de relatório da deputada Dorinha traz um texto muito mais maduro, porque agrega parâmetros de qualidade, destinação melhor de complementação da União, e um sistema de distribuição que garante que nenhuma rede vai perder recursos com o novo Fundeb, garantindo estabilidade na transição — afirma Andressa Pellanda, coordenadora executiva da Campanha Nacional pelo Direito à Educação. Ela defende ainda que a complementação continue no patamar de 40%.

topo ↕

VALOR ECONÔMICO - SP - ESPECIAL

Sem avanços, educação vira ativo do bolsonarismo

MEC ignora projetos importantes e mira guerra ideológica

Ano perdido é a expressão mais usada por educadores para resumir o que houve com as políticas públicas da área em 2019. Projetos importantes como o avanço das escolas em tempo integral e a reforma do ensino médio receberam pouca atenção do Ministério da Educação (MEC).

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://valor.globo.com/brasil/noticia/2020/01/02/sem-avancos-educacao-vira-ativo-do-bolsonarismo.ghtml>

topo ↕

VALOR ECONÔMICO - SP - ESPECIAL

MEC busca ampliar financiamento privado do ensino

Um dos projetos que mais chamaram atenção foi a proposta de fazer parcerias para a finalização de obras inacabadas em creches

Do ensino infantil às universidades federais, o primeiro ano do governo de Jair Bolsonaro foi marcado por uma defesa de maior participação do capital privado no financiamento das políticas educacionais.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://valor.globo.com/brasil/noticia/2020/01/02/mec-busca-ampliar-financiamento-privado-do-ensino.ghtml>

topo ↕

J. DO COMMERCIO - PE - COLUNA DO ESTADÃO

Nebuloso

O cenário no MEC anda tão incerto que até o nome de Benedito Guimarães, reitor do Mackenzie e o mais provável para assumir a **Capes**, começou a circular para uma eventual sucessão de Abraham Weintraub na pasta.

De boa?

O ministro da Educação, aliás, ainda está em um cruzeiro com a família na América do Norte.

topo ↕

O LIBERAL - PA - COLUNAS

Nebuloso

O cenário no MEC anda tão incerto que até o nome de Benedito Guimarães, reitor do Mackenzie e o mais provável para assumir a **Capes**, começou a circular para uma eventual sucessão de Abraham Weintraub na pasta.

De boa?

O ministro da Educação, aliás, ainda está em um cruzeiro com a família na América do Norte.

topo ↕

CORREIO DA BAHIA - BA - BAHIA

Ufba divulga lista de vagas para o Sisu

São 4.492 oportunidades em 88 cursos de graduação

O ano virou e as primeiras oportunidades de 2020 começaram a surgir. A Universidade Federal da Bahia (Ufba) divulgou a lista das vagas que serão preenchidas através do Sistema de Seleção Unificada (Sisu). São 4.492 possibilidades, em 88 cursos de graduação oferecidos pela instituição no primeiro semestre, e mais 1.532 vagas em 37 opções de curso no segundo período. Para participar do processo seletivo 2020.1, o candidato deverá fazer a inscrição no Portal do Sisu (www.sisu.mec.gov.br), de 21 a 24 de janeiro. O Ministério da Educação (MEC) informou que o resultado será publicado no dia 28 deste mês.

O Sisu é o sistema informatizado do MEC por meio do qual instituições públicas de ensino superior oferecem vagas a candidatos participantes do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). Quem tirou zero na redação ou ainda não concluiu o Ensino Médio não poderá concorrer as vagas pelo programa. Em 2019, o Enem teve 5,1 milhões de inscrições em todo o Brasil, sendo 395 mil apenas na Bahia. A abstenção foi de 23,1%. O resultado individual da edição de 2019 será divulgado no dia 17 de janeiro.

Vagas

Os cursos com o maior número de vagas para o primeiro semestre de 2020 na Ufba são BI em Humanidades em Salvador (Bacharelado/ Noturno), com 300 oportunidades, e BI em Artes em Salvador (Noturno), BI em Ciência e Tecnologia em Salvador (Noturno) e BI em Saúde em Salvador (Noturno), cada um com 200 vagas. Já as graduações com menos vagas são Biotecnologia (Noturno/ Salvador), Comunicação/ Jornalismo (Salvador), Comunicação/ Produção em Comunicação e Cultura (Salvador), Dança (Licenciatura/ Noturno), Fonoaudiologia (Salvador), Geofísica (Bacharelado/ Salvador), Geografia (Lic. e Bach/ Salvador), e Oceanografia (Bacharelado/ Salvador), com 24 vagas, cada um deles.

Quando as inscrições do Sisu começarem, no dia 21 de janeiro, o candidato deverá especificar em ordem de preferência, as opções de cursos e turno. Depois, a modalidade de concorrência, podendo optar por disputar uma das vagas reservadas por categorias (cotas) ou tentar uma chance através das vagas destinadas à ampla concorrência. O edital com os detalhes sobre as oportunidades de ingresso na Ufba já pode ser consultado no site da instituição (www.ufba.br). O CORREIO listou a quantidade de vagas por curso (veja na tabela ao lado).

Os candidatos precisam ficar atentos porque durante o período de inscrição, uma vez por dia, o Sisu calcula a nota de corte. Ela serve como um termômetro que ajuda o estudante a saber se ele tem chance de ficar entre os selecionados. Essa conta é feita com base no número de vagas disponíveis e no total dos candidatos inscritos no curso, por modalidade de concorrência.

Mudanças

Quem pretende disputar uma das vagas dos cursos de graduação da Universidade Federal da Bahia (Ufba) através das cotas de renda oferecidas pelo Sistema de Seleção Unificada (Sisu) precisa redobrar a atenção. Este ano, a instituição vai adotar apenas o Cadastro Único para Programas Sociais (Cad Único) para a análise de renda dos candidatos. O programa é um instrumento do Governo Federal que identifica e caracteriza as famílias de baixa renda.

Essa medida ajuda a reduzir a burocracia porque dispensa a entrega do conjunto de documentos comprobatórios exigidos em anos anteriores. Mas os candidatos que não possuírem esse cadastro não poderão se inscrever no Sisu Ufba utilizando as modalidades de cotas por renda per capita, de até um salário mínimo e meio.

Para se inscrever no Cad Único é preciso procurar um Centro de Referência em Assistência Social no município (CRAS) e solicitar o cadastramento. Serão registradas informações como características da residência, identificação de cada pessoa, escolaridade, situação de trabalho e renda, entre outras. O programa permite que o governo conheça melhor a realidade socioeconômica dessa população.

A execução do Cad Único é de responsabilidade compartilhada entre o governo federal, os estados, os municípios e o Distrito Federal. Em Salvador existem 23 unidades (veja no quadro).

Após o resultado do Sisu, o estudante terá que efetuar a Pré-Matricula Online através de um formulário no site www.ingresso.ufba.br. Essa fase da matrícula é obrigatória para todos os candidatos convocados.

Quem não preencher o documento perderá a vaga. Para aqueles que se auto declaram negros, será necessário participar da etapa de checagem da veracidade da autodeclaração como Pessoa Negra (Preta ou Parda), em data específica.

O edital divulgado pela Ufba estabelece que o candidato selecionado pela reserva de vagas (cotas), em qualquer modalidade, deverá comprovar também ter cursado integralmente todo o Ensino Médio em escola pública, em cursos regulares ou no âmbito da modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA).

topo ↕

MEIO NORTE - PI - EDUCAÇÃO

Piso dos professores gera impacto de R\$ 189 milhões DE POLÍTICA

Estimativa feita pela equipe técnica da Confederação Nacional dos Municípios (CNM) aponta que os 224 entes piauienses devem ter um impacto nas contas na ordem de R\$ 189,3 milhões com o reajuste no Piso Nacional do Magistério. O estudo revela que a folha de pagamento passará de R\$ 1,474 bilhão no ano passado para R\$ 1,663 bilhão em 2020. A projeção leva em consideração que, a partir de 15 de janeiro, o piso deve passar de R\$ 2.557,74 para R\$ 2.886,15, o reajuste é de 12,84%.

A portaria do Governo Federal que disciplina o pagamento foi publicada no dia 23 de dezembro. Diante da estimativa, a entidade municipalista reconheceu a necessidade de valorização desses profissionais, fundamentais para o desenvolvimento do país, mas alertou para os graves impactos à gestão da educação e às finanças municipais, que totalizam mais de R\$ 8,7 bilhões.

De acordo com a CNM, isto porque pelos critérios atuais de reajuste, em que não há preocupação com as fontes de custeio, o crescimento do piso é muito acima da inflação ou de qualquer outra correção. Segundo a entidade municipalista, atualmente, a legislação determina a forma do cálculo do reajuste e indica que o piso salarial nacional para os profissionais do magistério público da educação básica deve ser atualizado, anualmente, no mês de janeiro.

O aumento deve considerar o mesmo percentual de crescimento do valor anual mínimo por aluno dos anos iniciais do ensino fundamental urbano do Fundo Nacional da Educação Básica e Valorização do Magistério (Fundeb) nos dois exercícios imediatamente anteriores.

[topo](#)

MEIO NORTE - PI - EDUCAÇÃO

Municípios gastam 30% da receita com Educação EM MÉDIA

Panorama divulgado pela Confederação Nacional dos Municípios (CNM) aponta que as Prefeituras do Piauí gastam, em média, 30% do orçamento municipal com o setor da Educação. Os dados foram divulgados no final do mês passado e são referentes ao ano de 2018, com o indicativo os entes do Estado aparecem com número superior à média nacional (29%). O levantamento ainda sintetiza que as Prefeituras do Piauí aplicam 71% de tudo que recebem do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização do Magistério (Fundeb) para o pagamento de pessoal.

A média nacional é de 78%. De acordo com a entidade municipalista, do total que cada ente recebe do Fundeb, 60% devem ser gastos com o pagamento do magistério ativo e 40% com a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE). No entanto, o percentual médio de gasto com os salários é de 78%, sendo que mais de 600 Municípios já comprometem 100% do recurso do Fundo apenas com salários, tendo que complementar com recursos próprios a gestão da Educação.

Importante lembrar que as administrações locais já comprometem, em média, 28% do orçamento municipal para a área de Educação, enquanto a Constituição Federal determina 25%. No levantamento, a Confederação defende a alteração no critério de reajuste anual do piso nacional do magistério, com a adoção do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), cujo percentual acumulado nos últimos doze meses foi de 3,37%.

[topo](#)

MEIO NORTE - PI - EDUCAÇÃO

Escolas com vulnerabilidade social recebem mais verbas

O Ministério da Educação (MEC) investiu mais de R\$ 300 milhões ao longo de 2019 para garantir que estudantes do ensino básico de escolas públicas ou mantidas por entidades sem fins lucrativos desfrutassem de uma melhor estrutura escolar. Segundo a pasta, o montante foi repassado diretamente às escolas urbanas e rurais por meio do Programa Dinheiro Direto na Escola, que atende à demanda de instituições que enfrentam dificuldades com o abastecimento de água e de acessibilidade.

Os recursos também podem ser empregados na melhoria da infraestrutura pedagógica, em reforço da autogestão e em iniciativas para melhorar os índices de desempenho escolar. Administrado pela Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação

(Semesp) do Ministério da Educação, o programa oferece assistência financeira às escolas da educação básica das redes estaduais, municipais e do Distrito Federal e às escolas privadas de educação especial mantidas por entidades sem fins lucrativos.

De acordo com o MEC, cerca de R\$ 32 milhões foram liberados para atender 1.206 escolas com problemas no abastecimento de água. Só com esta modalidade, o programa beneficiou aproximadamente 86 mil alunos de todo o país, afirma a pasta, em nota. Também foram liberados R\$ 203,89 milhões para 19.210 instituições de ensino que funcionam em áreas rurais. Este valor beneficiou cerca de 2 milhões de alunos do campo. A terceira modalidade do programa visa tornar as escolas mais acessíveis às pessoas com necessidades especiais. Foram investidos R\$ 109,2 milhões neste ano para atender 4.252.915 estudantes.

As escolas contempladas foram escolhidas pelo Ministério da Educação a partir de informações fornecidas no Censo Escolar - base de dados oficial da educação coordenada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Para fazer jus aos recursos federais, as instituições de ensino precisam se cadastrar no Sistema do PDDE Interativo. Os estabelecimentos escolhidos precisam apresentar um plano de ação indicando as melhorias, reparos e reformas que julga necessárias.

A Semesp analisa a viabilidade de cada pedido e repassa às escolas escolhidas um valor correspondente ao número de alunos matriculados e caráter do serviço a ser realizado.

topo 

G1 - TEMPO REAL

Ifro abre inscrições para processo seletivo de tutores em curso de pedagogia em RO (31/12)

Prazo para processo seletivo encerra dia 25 de janeiro. Os tutores selecionados receberão uma bolsa no valor de R\$ 795.

Por G1 RO

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (Ifro) abriu as inscrições para o processo seletivo de tutores dos cursos de Pedagogia e Formação Pedagógica. São ofertadas três vagas e formação de cadastro reserva.

De acordo com o instituto, as vagas são para áreas de licenciaturas à distância em Pedagogia e Formação Pedagógica.

A assessoria informou que são ofertadas duas vagas para tutoria à distância no campus da capital e apenas uma na modalidade presencial em Ariquemes. Para os polos de Nova Mamoré, Ji-Paraná, Buritis e Chupinguaia as vagas são para cadastro reserva de tutores.

Confira o edital

Os interessados devem realizar as inscrições através do preenchimento de um formulário eletrônico. O prazo para a realização das inscrições encerram dia 25 de janeiro de 2020. Os documentos exigidos devem ser entregues no ato da convocação.

A seleção dos profissionais se dará através de análise curricular, podendo totalizar o máximo de 100 pontos, segundo o edital. A pontuação será apurada de acordo com os dados informados no formulário eletrônico.

Os profissionais receberão uma bolsa mensal no valor de R\$ 795, ofertada pela **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**. As atividades devem seguir o cronograma estabelecido pela Secretaria de Educação à Distância (Sead).

Informações sobre o processo seletivo podem ser obtidas através do e-mail: selecaoab@ifro.edu.br e por meio do telefone (69) 2182-9622.

topo ↕

AGÊNCIA BRASIL - TEMPO REAL

Escolas com vulnerabilidade social receberam mais de R\$ 300 milhões

O Ministério da Educação (MEC) investiu mais de R\$ 300 milhões ao longo de 2019 para garantir que estudantes do ensino básico de escolas públicas ou mantidas por entidades sem fins lucrativos desfrutassem de uma melhor estrutura escolar.

Segundo a pasta, o montante foi repassado diretamente às escolas urbanas e rurais por meio do Programa Dinheiro Direto na Escola, que atende à demanda de instituições que enfrentam dificuldades com o abastecimento de água e de acessibilidade. Os recursos também podem ser empregados na melhoria da infraestrutura pedagógica, em reforço da autogestão e em iniciativas para melhorar os índices de desempenho escolar.

Administrado pela Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação (Semesp) do Ministério da Educação, o programa oferece assistência financeira às escolas da educação básica das redes estaduais, municipais e do Distrito Federal e às escolas privadas de educação especial mantidas por entidades sem fins lucrativos.

De acordo com o MEC, cerca de R\$ 32 milhões foram liberados para atender 1.206 escolas com problemas no abastecimento de água. Só com esta modalidade, o programa beneficiou aproximadamente 86 mil alunos de todo o país, afirma a pasta, em nota.

Também foram liberados R\$ 203,89 milhões para 19.210 instituições de ensino que funcionam em áreas rurais. Este valor beneficiou cerca de 2 milhões de alunos do campo.

A terceira modalidade do programa visa tornar as escolas mais acessíveis às pessoas com necessidades especiais. Foram investidos R\$ 109,2 milhões neste ano para atender 4.252.915 estudantes.

As escolas contempladas foram escolhidas pelo Ministério da Educação a partir de informações fornecidas no Censo Escolar - base de dados oficial da educação coordenada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

Para fazer jus aos recursos federais, as instituições de ensino precisam se cadastrar no Sistema do PDDE Interativo. Os estabelecimentos escolhidos precisam apresentar um plano de ação indicando as melhorias, reparos e reformas que julga necessárias. A Semesp analisa a viabilidade de cada pedido e repassa às escolas escolhidas um valor correspondente ao número de alunos matriculados e caráter do serviço a ser realizado.

Para que as necessidades sejam atendidas, a escola precisa estar regularizada e possuir

prédio próprio. As instituições contempladas na modalidade PDDE Água na Escola podem usar o dinheiro para adquirir equipamentos, instalações hidráulicas e contratar mão de obra necessária à construção de poços, cisternas ou outras formas e meios de abastecimento capaz de garantir água adequada ao consumo humano.

A modalidade PDDE Campo contempla escolas rurais que precisem contratar mão de obra que realize reparos ou pequenas ampliações físicas com o objetivo de adequar a estrutura física. A escola pode solicitar, por exemplo, consertos no sistema elétrico, paredes, portas, calçamento e telhado. Já a modalidade PDDE Acessibilidade permite o uso do recurso para tornar mais acessíveis a estrutura física e pedagógica da escola, seja construindo rampas, vias de acesso, seja instalando sinalização tátil e sonora, sanitários especiais, corrimãos, entre outras melhorias.

* Com informações do Ministério da Educação

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

Prefeituras e universidade no Oeste Paulista têm concursos públicos com inscrições abertas

Oportunidades estão divididas por cinco cidades da região e abrangem diversas áreas. Interessados podem se candidatar pela internet.

Cinco cidades do Oeste Paulista têm concursos públicos e processos seletivos com inscrições abertas. Confira as oportunidades:

Irapuru

A Prefeitura de Irapuru está com inscrições abertas para o concurso público de provas e títulos para o preenchimento de vagas em regime estatutário. São 19 vagas e ainda há oportunidades para cadastro reserva.

O cargos disponíveis, de acordo com o edital, são para as vagas de professor de educação básica (2), agente de controle de vetores (2), agente de saneamento (1), analista de suporte técnico (1), auxiliar de enfermagem (1), bibliotecário (1), braçal masculino (5), enfermeiro (1), escriturário (1), farmacêutico (2), faxineiro (2), médico do ESF (2), merendeira (2), monitor escolar (2), motorista (2), nutricionista (1), operador de máquinas (1), pedreiro (1), pintor (1) e recepcionista (1).

A carga horária de trabalho pode variar de 30h a 40h semanais e o salário pode chegar a R\$ 2.454,39.

As inscrições devem ser feitas até o dia 12 de janeiro, no site da banca organizadora.

Santa Mercedes

A Prefeitura de Santa Mercedes está com inscrições abertas para concurso público e processo seletivo.

As vagas do concurso público, conforme edital, serão disponibilizadas para as funções de assistente social (1), auxiliar de farmácia (1), educador físico (1), fonoaudiólogo (1) médico psiquiatra (1) e tratorista (1).

De acordo com o edital do processo seletivo, são oferecidas oportunidades para os

cargos de professor de educação básica, professor de educação básica II - arte, professor de educação básica II - inglês e professor de educação infantil.

É necessário que os candidatos possuam escolaridade entre nível fundamental, médio e superior, relativo a área em que pretende concorrer.

Servidores devem exercer as funções em regime de 20h a 44h por semana. A remuneração alterna entre R\$ 1.025,94 a R\$ 4.138,00, com vale alimentação no valor de R\$ 280,00.

Interessados devem efetuar as inscrições até o dia 5 de janeiro de 2020, pela internet.

Narandiba

A Prefeitura Municipal de Narandiba realiza processo seletivo destinado à formação de cadastro reserva aos cargos na área da educação.

As oportunidades estão disponíveis nas seguintes funções: educador infantil, professor de creche e professor do ensino fundamental para as matérias de arte, ciências, educação física, geografia, história, inglês, língua portuguesa e matemática.

É necessário que o candidato possua ensino superior.

As funções deverão ser exercidas em regime de 15 a 40 horas semanais, conforme edital.

Ao cargo de educador infantil a remuneração é de R\$ 1.625,45. Nos demais cargos o salário será entre R\$ 10,89 a R\$ 21,50 por cada hora-aula exercida.

As inscrições devem ser feitas pelo site até o dia 5 de janeiro.

Presidente Bernardes

A Prefeitura de Presidente Bernardes abriu inscrições para processo seletivo para contratação de profissionais na área da educação.

Conforme edital, as vagas estão disponíveis para professores do ensino fundamental, nas áreas de artes, ciências, educação física, geografia, história, inglês, língua portuguesa e matemática.

A remuneração varia de R\$ 11,95 a R\$ 14,34 por hora-aula.

As inscrições vão até o dia 6 de janeiro e devem ser feitas no site.

Presidente Prudente

A Universidade Estadual Paulista (Unesp) de Presidente Prudente abre vagas para concursos públicos na área da educação.

As vagas são destinadas a professor substituto de sociologia, de acordo com edital, e para professor substituto na área de geografia, conforme publicado também em edital.

Para o cargo de professor substituto de sociologia as inscrições devem ser feitas até dia 21 de janeiro no site.

As inscrições para o cargo de professor substituto de geografia devem ser feitas até o dia 17 de janeiro pela internet.

Veja mais notícias em G1 Presidente Prudente e Região.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

Escolas com vulnerabilidade social receberam mais de R\$ 300 milhões

O Ministério da Educação (MEC) investiu mais de R\$ 300 milhões ao longo de 2019 para garantir que estudantes do ensino básico de escolas públicas ou mantidas por entidades sem fins lucrativos desfrutassem de uma melhor estrutura escolar.

Segundo a pasta, o montante foi repassado diretamente às escolas urbanas e rurais por meio do Programa Dinheiro Direto na Escola, que atende à demanda de instituições que enfrentam dificuldades com o abastecimento de água e de acessibilidade. Os recursos também podem ser empregados na melhoria da infraestrutura pedagógica, em reforço da autogestão e em iniciativas para melhorar os índices de desempenho escolar.

Administrado pela Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação (Semesp) do Ministério da Educação, o programa oferece assistência financeira às escolas da educação básica das redes estaduais, municipais e do Distrito Federal e às escolas privadas de educação especial mantidas por entidades sem fins lucrativos.

De acordo com o MEC, cerca de R\$ 32 milhões foram liberados para atender 1.206 escolas com problemas no abastecimento de água. Só com esta modalidade, o programa beneficiou aproximadamente 86 mil alunos de todo o país, afirma a pasta, em nota.

Também foram liberados R\$ 203,89 milhões para 19.210 instituições de ensino que funcionam em áreas rurais. Este valor beneficiou cerca de 2 milhões de alunos do campo.

A terceira modalidade do programa visa tornar as escolas mais acessíveis às pessoas com necessidades especiais. Foram investidos R\$ 109,2 milhões neste ano para atender 4.252.915 estudantes.

As escolas contempladas foram escolhidas pelo Ministério da Educação a partir de informações fornecidas no Censo Escolar - base de dados oficial da educação coordenada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

Para fazer jus aos recursos federais, as instituições de ensino precisam se cadastrar no Sistema do PDDE Interativo. Os estabelecimentos escolhidos precisam apresentar um plano de ação indicando as melhorias, reparos e reformas que julga necessárias. A Semesp analisa a viabilidade de cada pedido e repassa às escolas escolhidas um valor correspondente ao número de alunos matriculados e caráter do serviço a ser realizado.

Para que as necessidades sejam atendidas, a escola precisa estar regularizada e possuir

prédio próprio. As instituições contempladas na modalidade PDDE Água na Escola podem usar o dinheiro para adquirir equipamentos, instalações hidráulicas e contratar mão de obra necessária à construção de poços, cisternas ou outras formas e meios de abastecimento capaz de garantir água adequada ao consumo humano.

A modalidade PDDE Campo contempla escolas rurais que precisem contratar mão de obra que realize reparos ou pequenas ampliações físicas com o objetivo de adequar a estrutura física. A escola pode solicitar, por exemplo, consertos no sistema elétrico, paredes, portas, calçamento e telhado. Já a modalidade PDDE Acessibilidade permite o uso do recurso para tornar mais acessíveis a estrutura física e pedagógica da escola, seja construindo rampas, vias de acesso, seja instalando sinalização tátil e sonora, sanitários especiais, corrimãos, entre outras melhorias.

* Com informações do Ministério da Educação

topo ↕

PORTAL ISTOÉ - TEMPO REAL

Escolas com vulnerabilidade social receberam mais de R\$ 300 milhões

Agência Brasil

O Ministério da Educação (MEC) investiu mais de R\$ 300 milhões ao longo de 2019 para garantir que estudantes do ensino básico de escolas públicas ou mantidas por entidades sem fins lucrativos desfrutassem de uma melhor estrutura escolar.

Segundo a pasta, o montante foi repassado diretamente às escolas urbanas e rurais por meio do Programa Dinheiro Direto na Escola, que atende à demanda de instituições que enfrentam dificuldades com o abastecimento de água e de acessibilidade. Os recursos também podem ser empregados na melhoria da infraestrutura pedagógica, em reforço da autogestão e em iniciativas para melhorar os índices de desempenho escolar.

Administrado pela Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação (Semesp) do Ministério da Educação, o programa oferece assistência financeira às escolas da educação básica das redes estaduais, municipais e do Distrito Federal e às escolas privadas de educação especial mantidas por entidades sem fins lucrativos.

De acordo com o MEC, cerca de R\$ 32 milhões foram liberados para atender 1.206 escolas com problemas no abastecimento de água. Só com esta modalidade, o programa beneficiou aproximadamente 86 mil alunos de todo o país, afirma a pasta, em nota.

Também foram liberados R\$ 203,89 milhões para 19.210 instituições de ensino que funcionam em áreas rurais. Este valor beneficiou cerca de 2 milhões de alunos do campo.

A terceira modalidade do programa visa tornar as escolas mais acessíveis às pessoas com necessidades especiais. Foram investidos R\$ 109,2 milhões neste ano para atender 4.252.915 estudantes.

As escolas contempladas foram escolhidas pelo Ministério da Educação a partir de informações fornecidas no Censo Escolar – base de dados oficial da educação coordenada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

Para fazer jus aos recursos federais, as instituições de ensino precisam se cadastrar no Sistema do PDDE Interativo. Os estabelecimentos escolhidos precisam apresentar um plano de ação indicando as melhorias, reparos e reformas que julga necessárias. A Semesp analisa a viabilidade de cada pedido e repassa às escolas escolhidas um valor correspondente ao número de alunos matriculados e caráter do serviço a ser realizado.

Para que as necessidades sejam atendidas, a escola precisa estar regularizada e possuir prédio próprio. As instituições contempladas na modalidade PDDE Água na Escola podem usar o dinheiro para adquirir equipamentos, instalações hidráulicas e contratar mão de obra necessária à construção de poços, cisternas ou outras formas e meios de abastecimento capaz de garantir água adequada ao consumo humano.

A modalidade PDDE Campo contempla escolas rurais que precisem contratar mão de obra que realize reparos ou pequenas ampliações físicas com o objetivo de adequar a estrutura física. A escola pode solicitar, por exemplo, consertos no sistema elétrico, paredes, portas, calçamento e telhado. Já a modalidade PDDE Acessibilidade permite o uso do recurso para tornar mais acessíveis a estrutura física e pedagógica da escola, seja construindo rampas, vias de acesso, seja instalando sinalização tátil e sonora, sanitários especiais, corrimãos, entre outras melhorias.

* Com informações do Ministério da Educação

BAHIA ECONOMICA - TEMPO REAL **MEC DIVULGA CRONOGRAMA DO FIES 2020 PARA ESTUDANTES DO ENSINO**

O Ministério da Educação (MEC) publicou no Diário Oficial da União, o cronograma do primeiro semestre de 2020 do processo seletivo do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) e do Programa de Financiamento Estudantil (P-Fies). As inscrições começam no dia 5 de fevereiro e vão até o dia 12 do mesmo mês. O primeiro resultado (pré-seleção ou pré-aprovação) será divulgado no dia 26 de fevereiro de 2020.

O Fies é um programa de financiamento para estudantes cursarem o ensino superior em universidades privadas e, atualmente, possui duas categorias: a primeira, oferece vagas com juros zero para os estudantes com renda mensal familiar de até três salários mínimos. Já a segunda, chamada P-Fies, é direcionada para os estudantes com renda mensal familiar de até cinco salários mínimos.

[topo](#)

FOLHA DA PARAÍBA - TEMPO REAL **Demissão no FNDE amplia atrito entre Bolsonaro e Legislativo**

A decisão do governo federal de demitir Rodrigo Dias do comando do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação (FNDE), vinculado ao Ministério da Educação, provocou insatisfações no Poder Legislativo.

Dias é ligado ao presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ) e foi substituído pela servidora de carreira Karine Silva dos Santos. O órgão da pasta da Educação controlou em 2019 mais recursos que muitos ministérios - R\$ 55 bilhões.

Um dos fiadores de Rodrigo Dias na chefia do FNDE se mostrou surpreso com o ato publicado no Diário Oficial da União na última segunda-feira (23). “Véspera de Natal? Quem espera?”, disse ao Congresso em Foco.

No entanto, ele evitou fazer previsões sobre o impacto disso nas votações de interesse do governo em 2020. “Foi um ato ridículo. Agora o impacto vejamos em 2020. Não há votação hoje ou estes dias. Agora em fevereiro, vejamos o cenário e as circunstâncias”, afirmou.

O motivo da demissão de Rodrigo Dias do comando do FNDE teria sido o cancelamento de uma licitação para compra equipamento eletrônicos. De acordo com aliados de Dias a decisão irritou o ministro da Educação, Abraham Weintraub.

O agora ex-presidente do FNDE é advogado e já trabalhou em 2018 no governo de Michel Temer (MDB) como diretor da Fundação Nacional de Saúde (Funasa), vinculada ao Ministério da Saúde. Durante o período foi investigado pelo Tribunal de Contas da União por suspeitas de fraudes e superfaturamento de licitações.

A licitação negada por Dias no órgão do MEC era de R\$ 3 bilhões e destinava-se à compra de tablets e computadores para suprir o programa Escola Conectada.

“Chamou a atenção o fato de após ter sido anunciado oficialmente como novo presidente do FNDE, no dia 8 de agosto terem segurado a nomeação até dia 31 de agosto e nesse meio tempo, terem soltado a toque de caixa o pregão”, disse a fonte ouvida pelo Congresso em Foco.

E completou: “dois dias após ter o presidente do FNDE tomado posse efetivamente, perguntou quantas impugnações haviam, já eram 29. Assim suspendeu imediatamente o pregão. Dois dias depois a AGU [Advocacia Geral da União] oficialmente interpelou o órgão. Logo depois o ministro inquiriu o presidente do FNDE pois a paralisação do projeto prejudicaria o andamento do programa Escola Conectada.”

O aliado de Dias, que foi um dos fiadores de sua indicação para o órgão, disse que Weintraub reagiu a cancelamento e trocou todas os coordenadores do FNDE.

topo ↕

METRÓPOLES - TEMPO REAL

Governo troca Pátria Voluntária de pasta e muda cargos do MEC

O Diário Oficial da União (DOU) desta terça-feira (31/12/2019) publica três decretos do presidente Jair Bolsonaro (sem partido). Os atos foram assinados nessa segunda-feira (30/12/2019) e dispõem sobre o programa de voluntariado do governo federal e uma reformulação na estrutura do Ministério da Educação e da Fundação Joaquim Nabuco, fundação pública vinculada ao MEC.

O Decreto 10.194/2019 determina que agora o Programa Nacional de Incentivo ao Voluntariado será coordenado pela Casa Civil da Presidência da República. Lançado em julho e batizado de Pátria Voluntária, o programa era vinculado ao Ministério da Cidadania.

Com isso, a primeira-dama do país, Michelle Bolsonaro, que preside os trabalhos, poderá despachar do Palácio do Planalto.

O conselho do programa também será transferido para a Casa Civil. O colegiado tem entre os integrantes a mulher do ministro da Justiça e Segurança Pública, Sergio Moro, Rosângela Moro.

“Com a edição do novo decreto busca-se aprimorar a gestão do referido programa, tendo em vista o caráter transversal de suas ações e projetos, bem como a competência da Casa Civil da Presidência da República para coordenar e integrar as ações governamentais”, afirmou o Planalto em nota referindo-se ao Pátria Voluntária.

O Decreto 10.195/2019 redefine a estrutura regimental e o quadro demonstrativo dos cargos em comissão e das funções de confiança do Ministério da Educação, com remanejamento e transformação de cargos e funções. Segundo o governo, o objetivo das mudanças é, “em síntese, atualizar a estrutura organizacional do Ministério, com aumento da eficiência e efetividade das ações, além da redução de gastos”.

O terceiro ato, o Decreto 10.196/2019, altera a estrutura e o quadro de cargos comissionados da Fundação Joaquim Nabuco, além de aprovar o estatuto da entidade. O governo comentou que essas mudanças não geram aumento de despesas.

topo ↕

MIX VALE - TEMPO REAL

Divulgado pelo MEC mudanças no Fies para 2020

Divulgado pelo MEC mudanças no Fies para 2020. O Ministério da Educação (MEC) publicou no Diário Oficial da União de hoje (27) duas resoluções com mudanças nas regras do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) e do Programa de Financiamento Estudantil (P-Fies). Entre as novas regras está a exigência de nota mínima igual ou superior a 400 pontos na prova de redação do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). Até então era necessário apenas que o aluno não tirasse zero nessa prova. A resolução prevê também que a média aritmética das notas nas cinco provas do Enem seja igual ou superior a 450 pontos.

Já o P-Fies deixa de ter limitações em função da renda do beneficiado. Antes, essa modalidade era voltada a estudantes cuja renda familiar bruta mensal por pessoa não excedesse cinco salários mínimos. Mantido por fundos constitucionais e de desenvolvimentos e por bancos privados, o P-Fies deixa de considerar obrigatório que o candidato faça o Enem para participar do programa de financiamento.

Para o Fies as mudanças começam a valer a partir do primeiro semestre de 2021. Já as alterações do P-Fies, a partir do segundo semestre de 2020.

O Fies tem por objetivo facilitar, por meio de financiamentos, o acesso do estudante aos cursos de ensino superior oferecidos por instituições privadas. Em 2018, o programa foi dividido em Fies juro zero, financiado pelo governo federal e voltado para alunos cuja renda familiar bruta mensal por pessoa não ultrapasse três salários mínimos; e P-Fies, modalidade na qual o financiamento é obtido junto a bancos privados, o que implica na cobrança de juro.

De acordo com o Ministério da Educação (MEC), as mudanças, que já haviam sido anunciadas pelo Comitê Gestor do Fies no dia 20 de dezembro, foram feitas para garantir “a meritocracia como base para formar profissionais ainda mais qualificados”.

Redução de vagas

Na reunião do comitê gestor, foi também aprovada a possibilidade de redução das vagas mantidas pelo governo federal, ofertadas aos estudantes em condições socioeconômicas

mais vulneráveis.

As vagas poderão passar de 100 mil em 2020 para 54 mil em 2021 e 2022, caso não haja alteração nos parâmetros econômicos atuais. Segundo a pasta da Educação, os valores serão revistos a cada ano, “podendo voltar a 100 mil vagas caso haja alteração nessas variáveis ou aportes do MEC”.

Inadimplência

Um dos principais motivos para as mudanças feitas nas regras do Fies, de acordo com gestões anteriores do MEC, é a alta inadimplência no programa, ou seja, estudantes que contratam o financiamento e não quitam as dívidas. O percentual de inadimplência registrado pelo programa chegou a atingir 50,1% de acordo com dados do MEC. Em 2016, o ônus fiscal do Fies foi de R\$ 32 bilhões, valor 15 vezes superior ao custo apresentado em 2011.

O comitê gestor aprovou agora a possibilidade de cobrança judicial dos valores devidos. A judicialização poderá ser feita no caso dos contratos firmados até o segundo semestre de 2017 com dívida mínima de R\$ 10 mil. O ajuizamento deverá ser feito após 360 dias de inadimplência na fase de amortização, ou seja, do pagamento em parcelas dos débitos.

Hoje, segundo a pasta, a cobrança de valores é feita no âmbito administrativo. Pela resolução aprovada pelo comitê, só continua a se enquadrar nesse campo quem deve menos de R\$ 10 mil. O devedor e os fiadores poderão ser acionados.

topo ↕

PORTAL ISTOÉ - TEMPO REAL

Governo desloca programa de voluntariado para Casa Civil e remaneja cargos do MEC

O Diário Oficial da União (DOU) desta terça-feira, 31, publica três decretos do presidente Jair Bolsonaro. Os atos foram assinados na segunda-feira (30) e dispõem sobre o programa de voluntariado do governo federal e uma reformulação na estrutura do Ministério da Educação e da Fundação Joaquim Nabuco, fundação pública vinculada ao MEC.

O Decreto 10.194/2019 determina que agora o Programa Nacional de Incentivo ao Voluntariado será coordenado pela Casa Civil da Presidência da República. Lançado em julho e batizado de Pátria Voluntária, o programa era vinculado ao Ministério da Cidadania. Com isso, a primeira-dama do País, Michelle Bolsonaro, que preside os trabalhos, poderá despachar do Palácio do Planalto.

O conselho do programa também será transferido para a Casa Civil. O colegiado tem também entre seus integrantes a mulher do ministro da Justiça e Segurança Pública, Sergio Moro, Rosângela Moro.

“Com a edição do novo decreto busca-se aprimorar a gestão do referido programa, tendo em vista o caráter transversal de suas ações e projetos, bem como a competência da Casa Civil da Presidência da República para coordenar e integrar as ações governamentais”, afirmou o Planalto em nota referindo-se ao Pátria Voluntária.

O Decreto 10.195/2019 redefine a estrutura regimental e o quadro demonstrativo dos

cargos em comissão e das funções de confiança do Ministério da Educação, com remanejamento e transformação de cargos e funções. Segundo o governo, o objetivo das mudanças é, “em síntese, atualizar a estrutura organizacional do Ministério, com aumento da eficiência e efetividade das ações, além da redução de gastos”.

O terceiro ato, o Decreto 10.196/2019, altera a estrutura e o quadro de cargos comissionados da Fundação Joaquim Nabuco, além de aprovar o estatuto da Fundação. O governo comentou que essas mudanças não geram aumento de despesas.

topo ↕

R7 - TEMPO REAL

Decreto de Bolsonaro reformula estrutura de cargos do MEC

Segundo o governo, o objetivo das mudanças é o aumento da eficiência e efetividade das ações do Ministério, além da redução de gastos

O DOU (Diário Oficial da União) desta terça-feira (31), publica três decretos do presidente Jair Bolsonaro. Os atos foram assinados na última segunda-feira (30) e dispõem sobre o programa de voluntariado do governo federal e uma reformulação na estrutura do MEC (Ministério da Educação) e da Fundação Joaquim Nabuco, fundação pública vinculada ao MEC.

O Decreto 10.194/2019 determina que agora o Programa Nacional de Incentivo ao Voluntariado será coordenado pela Casa Civil da Presidência da República. Lançado em julho e batizado de Pátria Voluntária, o programa era vinculado ao Ministério da Cidadania. Com isso, a primeira-dama do País, Michelle Bolsonaro, que preside os trabalhos, poderá despachar do Palácio do Planalto.

O conselho do programa também será transferido para a Casa Civil. O colegiado tem também entre seus integrantes a mulher do ministro da Justiça e Segurança Pública, Sergio Moro, Rosângela Moro.

"Com a edição do novo decreto busca-se aprimorar a gestão do referido programa, tendo em vista o caráter transversal de suas ações e projetos, bem como a competência da Casa Civil da Presidência da República para coordenar e integrar as ações governamentais", afirmou o Planalto em nota referindo-se ao Pátria Voluntária.

O Decreto 10.195/2019 redefine a estrutura regimental e o quadro demonstrativo dos cargos em comissão e das funções de confiança do Ministério da Educação, com remanejamento e transformação de cargos e funções. Segundo o governo, o objetivo das mudanças é, "em síntese, atualizar a estrutura organizacional do Ministério, com aumento da eficiência e efetividade das ações, além da redução de gastos".

O terceiro ato, o Decreto 10.196/2019, altera a estrutura e o quadro de cargos comissionados da Fundação Joaquim Nabuco, além de aprovar o estatuto da Fundação. O governo comentou que essas mudanças não geram aumento de despesas.

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Governo desloca programa de voluntariado para Casa Civil e remaneja cargos do MEC

Brasília

O Diário Oficial da União (DOU) desta terça-feira, 31, publica três decretos do presidente Jair Bolsonaro. Os atos foram assinados na segunda-feira (30) e dispõem

sobre o programa de voluntariado do governo federal e uma reformulação na estrutura do Ministério da Educação e da Fundação Joaquim Nabuco, fundação pública vinculada ao MEC.

O Decreto 10.194/2019 determina que agora o Programa Nacional de Incentivo ao Voluntariado será coordenado pela Casa Civil da Presidência da República. Lançado em julho e batizado de Pátria Voluntária, o programa era vinculado ao Ministério da Cidadania. Com isso, a primeira-dama do País, Michelle Bolsonaro, que preside os trabalhos, poderá despachar do Palácio do Planalto.

O conselho do programa também será transferido para a Casa Civil. O colegiado tem também entre seus integrantes a mulher do ministro da Justiça e Segurança Pública, Sergio Moro, Rosângela Moro.

"Com a edição do novo decreto busca-se aprimorar a gestão do referido programa, tendo em vista o caráter transversal de suas ações e projetos, bem como a competência da Casa Civil da Presidência da República para coordenar e integrar as ações governamentais", afirmou o Planalto em nota referindo-se ao Pátria Voluntária.

O Decreto 10.195/2019 redefine a estrutura regimental e o quadro demonstrativo dos cargos em comissão e das funções de confiança do Ministério da Educação, com remanejamento e transformação de cargos e funções. Segundo o governo, o objetivo das mudanças é, "em síntese, atualizar a estrutura organizacional do Ministério, com aumento da eficiência e efetividade das ações, além da redução de gastos".

O terceiro ato, o Decreto 10.196/2019, altera a estrutura e o quadro de cargos comissionados da Fundação Joaquim Nabuco, além de aprovar o estatuto da Fundação. O governo comentou que essas mudanças não geram aumento de despesas.